



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

§1º - O CONSELHO TUTELAR elegerá o seu Presidente e Vice - presidente, cabendo aquele escolher o Secretário dentre os demais Conselheiros.

§ 2º - Caberá, ainda, ao CONSELHO TUTELAR do Município elaborar o seu Regime Interno.

Artigo 4º - O CONSELHO TUTELAR do Município terá o apoio técnico e administrativo de uma Secretaria constituída por servidores requisitados aos Chefes dos Poderes Executivos ou Legislativos Municipais, dentre seus funcionários ou contratados especificamente para ali atuarem.

Parágrafo Único - A Secretaria funcionará diariamente durante horário de expediente, mantendo plantão obrigatório e permanente para atendimento em fins de semana e feriados.

Artigo 5º - O CONSELHO TUTELAR realizará tantas Sessões quantas forem necessárias para solucionar os casos pendentes de decisão, não podendo se reunir menos do que uma vez por semana.

§1º - As Sessões do CONSELHO TUTELAR serão públicas, exceto quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

§2º - Os membros do CONSELHO TUTELAR recebem 02 (dois) salários mínimos vigente, tendo a obrigatoriedade de fazerem 04 (quatro) reuniões mensais, se assim não for, será descontado salário.

§3º - O valor acima fixado será reajustado, conforme os índices e datas do reajustamento salarial dos servidores públicos municipais.

§ 4º - A ausência injustificada de qualquer Conselheiro a três Sessões consecutivas ou a seis Sessões não consecutivas, no período de um ano, remuneradas ou não, importará em automática exclusão do CONSELHO, caso em que os demais Conselheiros deverão prosseguir a convocação do Suplente.



Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Artigo 6º - O preenchimento dos cargos que vagarem antes de findo mandato de qualquer Conselheiro, serão preenchidos mediante convocação dos Suplentes na rigorosa ordem de sua classificação na votação popular.

Artigo 7º - O CONSELHO TUTELAR da sede do Município funcionará diariamente, no horário normal de expediente, devendo manter plantão obrigatório de fins de semana e feriados. Caberá ao Poder Executivo Municipal providenciar sede para o mesmo, de acordo com o endereço local de funcionamento. O horário das Sessões do Conselho será estabelecido em Regime Interno.

ATRIBUIÇÕES

Artigo 8º - São atribuições do CONSELHO TUTELAR:

I - atender às crianças e aos adolescentes sempre que os direitos a elas assegurados em Lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da Sociedade ou do Estado, por falta ou omissão dos pais ou responsáveis ou em razão de sua conduta, bem como às crianças autoras de ato infracional, podendo nesses casos aplicar, isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas:

- a) encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- c) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental;
- d) inclusão em propaganda comunitária ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) inclusão em oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e usuários de drogas;



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

g) abrigo em entidade.

II - atender e aconselhar aos pais ou responsáveis, aplicando-lhes as seguintes medidas:

a) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;

b) inclusão em Programa Oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

c) encaminhamento e tratamento psicológico ou psiquiátrico;

d) encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

e) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

f) obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

g) advertência.

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal, contra os direitos da criança ou adolescente.

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de competência desta;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no inciso I, letra "a" a "f" deste artigo, para o adolescente autor do ato infracional;

VII - Expedir notificações;



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

VIII - requisitar certidões de nascimentos'

e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração de propostas orçamentárias para Planos e Programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no Artigo 22, §3º, inciso II da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

§ 1º - Ao apreciar qualquer caso que possa resultar na aplicação das medidas previstas neste artigo, o CONSELHO TUTELAR verificará sempre regularidade do registro civil da CRIANÇA ou do ADOLESCENTE, comunicando à autoridade judiciária aos casos que dependam de requisição da mesma para a devida regularização.

§2º - O abrigo a que se refere a alínea "g" do inciso I deste Artigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não importando privação de liberdade e só poderá ser feito em estabelecimento distinto daquele destinado à internação, pelo tempo estritamente necessário à reintegração ou colocação familiar.

DO PROCESSO PARA ESCOIIHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES

Artigo 9º - A escolha dos membros dos Conselhos Tutelares será feita pela comunidade local, sob a responsabilidade do CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS e a fiscalização do Ministério Público, cabendo aquele Conselho designar a data para a votação.

Artigo 10 - O sufrágio será universal o direito e o voto facultativo e secreto, só podendo concorrer candidatas inscritos por Instituições ou Associações que incluam entre seus fins a defesa dos interesses e direitos da Criança e do Adolescente, com atuação no Município e que preencham ainda os seguintes requisitos:



Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS, presidida por uma junta apuradora por ela designada e sob a fiscalização do Ministério Público, e, facultativamente, de fiscais credenciados pelas instituições a que se refere o Artigo 10 desta Lei.

§1º - Poderá a junta apuradora designar dias diversos para apuração dos votos nas diferentes seções, atendendo as disponibilidades de local e de pessoal, em face do número de urnas a apurar.

§2º - Os componentes das mesas apuradoras participarão da apuração em forma de revezamento, de sorte que nenhum deles venha ter trabalho na seção que esteja sendo apurada.

§3º - O lançamento dos votos dados a cada candidato será feito em Boletim de Urna, conforme modelo previamente aprovado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS, obrigatoriamente rubricado pelo Presidente da Mesa Apuradora e pelos fiscais presentes à apuração.

§4º - Os votos contados serão novamente colocados nas urnas e estas serão lacradas e assim conservadas pelo prazo de trinta dias se outro não vier a ser determinado pela autoridade judiciária competente, em caso de medida jurisdicional.

§5º - A proporção em que forem se encerrarem os boletins de urna, seus dados serão em uma planilha contendo linhas, com os nomes dos candidatos em ordem alfabética e colunas com a soma de votos obtidos em cada urna, totalizados na última dessas colunas.

§6º - O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS decidirá, em sessão especial, no âmbito administrativo, as impugnações e dúvidas apresentadas até cinco dias após a divulgação das planilhas, que só poderão sofrer alterações se comprovado erro material. Em seguida será expedida a lista dos eleitores, em número correspondente aos cargos a preencher, sendo considerados escolhidos para o CONSELHO TUTELAR da sede do Município os cinco primeiros mais votados e para os Distritos subsequentes, à medida que forem sendo instalados, os que



Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

a) estejam registradas na forma do Artigo 90, Parágrafo Único, 91 e 261 da Lei 8.069/90 e estejam legalmente constituídas há mais de um ano, se forem Associações ou Instituições não governamentais;

b) tenham seus programas inscritos de acordo com aquelas mesmas normas, se forem instituições governamentais.

Artigo 11 - São requisitos para inscrição e registro de candidato:

a) ser maior de 21 anos;

b) ser residente no Município e aí inscrito como eleitor perante a justiça eleitoral;

c) ter reconhecida idoneidade moral;

d) ter comprovada experiência, de pelo menos dois anos, no trato com crianças e adolescentes.

Artigo 12 - O registro de candidatos perante o CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS só poderá ser feito pelas instituições ou associações mencionadas no Artigo 10 desta Lei, mediante apresentação de requerimento com nomes de candidatos em número não superior ao total de cargos e preencher no CONSELHO TUTELAR do Município e no máximo até 30 dias antes da data designada para a votação.

§1º - Do requerimento constará a qualificação completa do candidato, observadas as mesmas regras estabelecidas no Código Eleitoral;

§2º - Serão permitidos a inscrição e registro de um mesmo candidato por mais de uma instituição ou a apresentação de requerimento firmado conjuntamente por duas ou mais delas.

§3º - Qualquer cidadão poderá solicitar ao CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS relação ou fotocópia das indicações para eventual impugnação, que será admitida até o 5º dia subsequente ao encerramento do prazo de registro e não poderá ter outro fundamento se não a falta de satisfação, por parte da instituição ou de candidato, dos requisitos exigidos nesta Lei.



Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

§4º - Para decidir as impugnações, o CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS terá 05 dias, contados a partir do encerramento do prazo para a mesma, devendo fazê-lo fundamentalmente.

§5º - Decididas eventuais impugnações e deferidos os registros, o CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS fará expedir lista com indicação dos nomes dos candidatos que tenham tido registro deferido, devendo a sua Secretaria fornecer cópia autêntica da mesma às instituições que a solicitarem.

DA INSCRIÇÃO DOS VOTANTES

Artigo 13 - Os cidadãos eleitores do Município que desejarem participar da escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR deverão se credenciar perante o CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS, no período de 90 à 60 dias antes da data marcada para a votação.

§1º - A inscrição será feita em formulário próprio em que o eleitor consignará sua qualificação, indicará o bairro de sua preferência para votar e colocará recorte com fotocópia legível do seu título eleitoral.

§2º - Os formulários de inscrição, após deferida esta serão agrupados por Sessões, de acordo com os locais de votação, durante a qual servirão como folha de controle.

Artigo 14 - O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS, à vista dos formulários de inscrição e do número de inscritos, definirá os locais receptores de votos, com a lista dos eleitores credenciados a votar e baixará as instruções complementares que se fizerem necessárias para organizar a votação e apuração dos resultados, especialmente com relação aos seguintes itens:

- a) atos preparatórios para a votação;
- b) composição e localização das mesas receptoras e apuradoras;
- c) fiscalização perante as mesas receptoras e apuradoras;
- d) produção e distribuição do material neces

Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

- sário para votação;
- e) polícia dos trabalhos de votação;
- f) início da votação;
- g) ato de votar;
- h) encerramento da votação;
- i) apuração.

Parágrafo Único - Nas instruções que baixar, o CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS aplicará, no que couber, as normas do Código Eleitoral, atendendo às características especiais da eleição, ao número provável de eleitores e a necessidade de economia de recursos.

Artigo 15 - A cédula utilizada para a eleição, de acordo com o modelo oficial, conterá espaços para os nomes e números de cinco candidatos, no máximo, ainda que sejam maior número de cargos a preencher, podendo ser impressa, mimeografada ou reproduzida por outro processo mecânico, na forma disposta nas instruções a que alude o Artigo anterior.

Artigo 16 - Os votantes só poderão votar nos locais indicados na forma do disposto no Artigo 13 desta Lei, não sendo admitido voto em separado.

§1º - No momento da votação, o eleitor apresentará seu Título Eleitoral ou documento de identidade que o habilite a votar, naquela Sessão, verificar a ficha de controle a que se refere o Artigo 12, parágrafo 2º desta Lei, entregando ao mesmo uma cédula oficial devidamente rubricada.

§2º - O eleitor se dirigirá à cabine indevasável, onde lançará o seu voto e, em seguida, perante a mesa coletora, o depositará na urna.

Artigo 17 - Cada entidade que tenha registrado credenciará fiscais em número não superior ao dobro das mesasp receptoras, os quais atuarão junto às mesmas de forma que não haja mais de um fiscal por entidade em cada mesa.

Artigo 18 - A apuração será feita pelas próprias mesasp receptoras de votos, em local previamente designado pelo

Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

se seguiten na ordem decrescentes de votos obtidos. Os demais constituirão, na ordem decrescente de sua classificação, o rol dos suplentes.

§7º - Cinco dias após a publicação a que alude o parágrafo anterior, o Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS, em sessão solene, empossará os eleitores para o CONSELHO TUTELAR da Sede Municipal que entrarão imediatamente no exercício de seus mandatos, reunindo-se, inicialmente sob a presidência do mais votado, para eleger seu presidente e vice-presidente, na forma do Artigo 3º, Parágrafo 1º desta Lei.

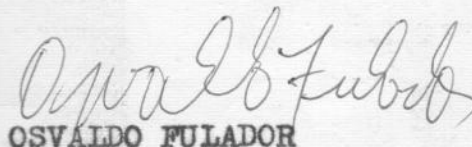
Artigo 19 - Publicada esta Lei, o Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS solicitará, no prazo máximo de dez dias, ao Procurador Geral da Justiça, a designação de um membro do Ministério Público, que será cientificado pessoalmente de todos os atos de trâmites do processo de escolha para fiscalizar a aplicação da Lei.

Artigo 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 03 DE JUNHO DE 1997.

S
A
N
C
I
O
N
O



OSVALDO FULADOR

=PREFEITO MUNICIPAL=

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME: